

Mais de 80% da ajuda social anticheia é verba já prevista**Adriana solicitou o Auxílio Reconstrução pois teve a casa atingida pela cheia, mas ainda não recebeu**

Zero Hora publica, hoje, a oitava de uma série de reportagens que mostra como está a reconstrução do Rio Grande do Sul em oito áreas essenciais. Cerca de 82% da ajuda são de antecipação de benefícios, enquanto em torno de 18% representam recursos novos dos governos federal e estadual

Auxílios financeiros para atingidos pela cheia somam R\$ 12 bi

Mathias Boni
mathias.boni@zerohora.com.br

Beatriz Coan
beatriz.coan@zerohora.com.br

Desde as primeiras semanas após o início da enchente em maio, os governos federal e estadual anunciaram ações de apoio financeiro direto aos atingidos pela inundação, que se dividem entre as que foram desenvolvidas com aplicação de recursos extraordinários e as que envolvem antecipação de benefícios sociais e previdenciários.

O primeiro conjunto de ações – que inclui programas como o Auxílio Reconstrução – soma, até agora, cerca de R\$ 2,2 bilhões à população, enquanto o segundo grupo, com medidas como a antecipação da liberação do saque calamidade do FGTS e do Bolsa Família, é responsável por aproximadamente R\$ 9,8 bilhões.

Dos R\$ 12 bilhões repassados, as iniciativas com novos recursos representam cerca de 18%, enquanto as referentes à antecipação de benefícios são 82%. Os dados são do Painel da Reconstrução, do Grupo RBS.

– As ações que empregam novos recursos são as que representam maior esforço dos governos, pois as antecipações são medidas que podem ser importantes para sanar necessidades emergenciais, mas que incluem valores que já seriam recebidos pelo cidadão em outro momento – explica Cássio Calvete, professor de Economia da UFRGS.

Como principal ação de apoio financeiro direto aos atingidos pela enchente criada com recursos extraordinários, o governo federal anunciou, em 15 de maio, o Auxílio Reconstrução. Trata-se de pagamento de parcela única com valor de R\$ 5,1 mil para cada endereço inundado. Em levantamento atualizado ontem, o Ministério de Apoio à Reconstrução

Revisão para empresas

● O governo federal informou que empresas atingidas pela enchente no RS que não foram classificadas na mancha de inundação podem solicitar análise individualizada para ingresso no BNDES Emergencial.

● Será necessário envio de documentos que comprovem o direito de acesso a benefícios nos endereços que não foram identificados pelo sistema de georreferenciamento ou pela visita presencial da Defesa Civil.

● O ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta, assegura que haverá correção de eventuais inconsistências na certificação. O e-mail fornecido para o contato direto é: suporte_sers@presidencia.gov.br.

Onde procurar mais dados



CONEXÃO DIGITAL

Painel da Reconstrução

Confira detalhes de todo o dinheiro público direcionado para iniciativa e obras de reformas em razão do impacto da enchente em maio no Rio Grande do Sul



Outras ações

● Outra medida do governo federal foi o pagamento de duas parcelas extras do seguro-desemprego, que soma R\$ 101 milhões já repassados dos R\$ 497,8 milhões projetados. A ação é válida apenas para quem já estava recebendo o benefício até abril, e não para trabalhadores desligados após o início da enchente.

● "Defendemos que seja ampliada e estendida aos trabalhadores que tenham sido demitidos em decorrência do

impacto da enchente", afirma Guiomar Vídor, presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado (Fecosul).

● O governo gaúcho anunciou iniciativa de pagamento de parcela única de R\$ 2,5 mil para famílias atingidas pela enchente e que constem no Cadastro Único em condições de vulnerabilidade social. Foram pagos R\$ 223,7 milhões para 89.478 famílias. E o Piratini repassou R\$ 106,7 milhões de Pix SOS RS, que são oriundos de doações, via parcela única de R\$ 2 mil a famílias em condições de pobreza que tenham sido atingidos pela cheia.

do RS informa que o programa já contemplou cerca de 340 mil famílias, com o pagamento somado de R\$ 1,7 bilhão. Até ontem, contudo, havia ainda cerca de 313 mil famílias com pedidos em análise.

À espera de resposta

Mais de cem dias após o início da enchente e três meses depois da criação do Auxílio Reconstrução, muitos gaúchos ainda aguardam para receber o benefício, caso de Adriana Luz, 54 anos, moradora do bairro Menino Deus, em Porto Alegre.

Em 6 de maio, Adriana teve o primeiro andar de sua casa alagado, perdendo praticamente todos os móveis e eletrodomésticos da sala e da cozinha. No dia 29 daquele mês, fez o pedido pelo auxílio, mas até hoje aguarda resposta. Ela afirma ter conferido o cadastro com a prefeitura, que estaria correto, e tentado entrar diretamente em contato com o governo federal em busca de orientação, sem sucesso.

– Aqui mesmo na minha rua, muitos vizinhos pediram o benefício e logo ganharam, porque todas as casas alagaram, mas estou esperando há quase três meses. Esse dinheiro me fez e faz muita falta. A única coisa que consegui comprar foi um fogão, parcelado, e o resto do que tenho aqui no primeiro andar agora consegui com doações – diz.

Segundo o ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta, são três as principais razões de dificuldade na análise dos pedidos para receber o Auxílio Reconstrução: solicitações que estão fora da mancha de inundação, problemas na identificação de endereços, com mais de uma pessoa em uma mesma localidade, e, em terceiro, o excesso de pedidos unipessoais, muito acima da média nacional.

– Naturalmente, esses cadastros ficaram em análise para que as prefeituras pudessem corrigir as informações, mas não havendo essa correção, eles serão rejeitados – projeta o ministro. —

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Página:** 4